

Boaventura de Sousa Santos (ed.). 2003. *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente : Um Discurso sobre as Ciências Revisitado*. Porto: Afrontamento.

Este livro pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre a ciência enquanto forma de conhecimento e prática social. Todavia, surge, como resposta à crítica explícita desenvolvida no livro *Pós-Moderno contra a Ciência: Obscurantismo e Irresponsabilidade* (Lisboa: Gradiva), publicado em Janeiro de 2002, da autoria de António Manuel Baptista, como reacção à obra de Boaventura de Sousa Santos, mais concretamente ao seu livro *Um Discurso sobre as Ciências*, publicado em 1985 (Porto: Afrontamento).

Nesse livro, Santos procurou, por um lado, mostrar que, no início da década de 80, o debate epistemológico sobre as condições de validade e de rigor do conhecimento científico deixara de ser um debate entre filósofos e cientistas, como fora antes, para passar a ser um debate entre cientistas, o que era, em si mesmo, o resultado do avanço extraordinário da ciência desde o início do século XX. A sua argumentação é construída com base em reflexões de cientistas, na grande maioria físicos, dado que nessa época a física quase monopolizava o interesse pela epistemologia. Por outro lado, procurou mostrar que o realismo e o positivismo científicos entravam em crise no mesmo processo em que a contingência, a incerteza, a complexidade, a irreversibilidade e, com esta, a história faziam a sua entrada nas teorias científicas, não como corpos estranhos, mas como produtos do próprio desenvolvimento científico. Finalmente, procurou mostrar que o debate epistemológico abria novas perspectivas às relações entre as ciências físico-naturais e as ciências sociais e à criação de novas configurações do saber mais aptas a serem apropriadas pelos cidadãos.

António Manuel Baptista rejeita e procura refutar as teses de Santos, assumindo, deste modo, a defesa da racionalidade e dos ideais das Luzes contra as alegadas correntes 'anti-ciência' que, utilizando as expressões de Santos, corroem a Razão, a Verdade e a Objectividade, rejeitando, assim, qualquer forma de investigação que tome o conhecimento científico e as controvérsias científicas como processos sociais, denunciando-a como um ataque à própria ciência e uma ten-

tativa deliberada de minar a autoridade cultural desta, enquanto forma de produção de enunciados verdadeiros.

De uma forma ou de outra, tal como refere Santos, a razão última deste tipo de posições e de debate tem sido sempre o facto de os modos privilegiados do conhecimento conferirem privilégios extracognitivos (sociais, políticos, culturais) a quem as detém. Só assim não seria, se o conhecimento não tivesse qualquer impacto na sociedade ou, tendo-o, se estivesse equitativamente distribuído na sociedade. Isto porque, por um lado, só existe conhecimento na realidade social e, portanto, quanto maior for o seu reconhecimento, maior será a sua capacidade para conformar a sociedade, para conferir inteligibilidade ao seu presente e ao seu passado e dar sentido e direcção ao seu futuro. Isto é verdade qualquer que seja o tipo e o objecto de conhecimento. Por outro lado, o conhecimento, em suas múltiplas formas, não está equitativamente distribuído na sociedade e tende a estar tanto menos, quanto maior é o seu privilégio epistemológico. Deste modo, prossegue, Santos, quaisquer que sejam as relações entre o privilégio epistemológico e o privilégio sociológico de uma dada forma de conhecimento, a verdade é que os dois privilégios tendem a convergir na mesma forma de conhecimento. Esta convergência faz com que a justificação ou contestação de uma dada estilo de conhecimento envolvam sempre, de uma maneira mais ou menos explícita, a justificação ou contestação do seu impacto social. Então, para Santos, o que distingue o debate sobre o conhecimento dos debates anteriores é o facto de a ciência moderna ter assumido a sua inserção no mundo mais profundamente do que qualquer outra forma de conhecimento anterior ou contemporânea: propôs-se não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo. No entanto, para maximizar a sua capacidade de transformar o mundo, pretendeu-se imune às transformações do mundo.

Ao longo dos últimos três séculos, os debates sobre a ciência tiveram sempre estas duas vertentes: a natureza e o sentido das transformações do mundo operadas pela ciência; a natureza e a validade do conhecimento científico que produz e legitima essas transformações. A evolução dos debates relaciona-se com uma pluralidade de factores e

estes debates têm assumido muitas formas. A mais recente ficou conhecida por 'guerra da ciência' e incidiu, preferencialmente, sobre a natureza e validade do conhecimento que produz e legitima as transformações do mundo, através da ciência. Acima de tudo, foi um debate entre cientistas em geral e cientistas cujo objecto de investigação é a própria ciência enquanto fenómeno social. Eis algumas das questões que dominaram o debate: qual é a relação entre o conhecimento científico e a realidade que ele pretende conhecer? O conhecimento científico representa, descobre, cria ou inventa a realidade que pretende conhecer? Quais os critérios pelos quais se afere a adequação ou a correcção destas relações? O conhecimento científico aspira à verdade, à eficácia, à verosimilhança, à coerência, à referencialidade? Se as verdades científicas de um dado momento histórico têm sido refutadas em momentos posteriores, há algo mais na verdade do que a história da verdade? O modo como a ciência está organizada e o modo como se realiza na prática interfere no tipo e na validade do conhecimento que se produz? Quais as relações entre a ciência e outras formas de conhecimento? Qual o verdadeiro papel do conhecimento científico? Como devem interagir os cientistas com o 'resto da sociedade' nos processos de decisão? Este último debate eclodiu, no início dos anos 1990, no Reino Unido (Lewis Wolpert, *The Unnatural Nature of Science*, 1992) e nos EUA (Paul Gross e Norman Levitt, *Higher Spertition*, 1994) e alastrou a outros países. Um dos seus momentos mais intensos foi constituído pelo caso Sokal ('Transgressing the Boundaries: Towards a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity' 1996, 1997).

A 'guerra da ciência' contribuiu, contudo, e segundo Santos, para aprofundar a auto-reflexividade das ciências e dos cientistas, tornando mais explícitos os pressupostos e as crenças metacientíficas em que assenta o conhecimento científico. O decorrer da 'guerra' tornou ainda mais claro que as diferenças epistemológicas não ocorriam apenas entre cientistas naturais e cientistas sociais, mas também entre cientistas naturais e entre cientistas sociais, no interior das suas próprias áreas de conhecimento, e que tais diferenças se articulavam, de modo complexo, com diferenças culturais e políticas, com diferentes concepções sobre a relação entre conhecimento científico e outras formas de conheci-

mento. Em suma, tornaram-se mais claras as divergências e as suas causas e, se não aumentou a tolerância, aumentou, pelo menos, o conhecimento da diversidade de perspectivas.

Neste sentido, a maior estranheza, para Santos, decorreu do facto de o livro de António Manuel Baptista fazer supor que se está em plena guerra da ciência, no seguimento da linha de Sokal, quando, de facto, mesmo nos países onde ela foi mais intensa, no Reino Unido e nos EUA, tem havido uma certa acalmia nos últimos anos, tendo mesmo sido publicados, recentemente, vários livros cujo tema é ir 'para além das guerras da ciência': trocar ideias; descobrir áreas de consenso sobre a legitimidade e a autoridade da ciência enquanto modo de compreensão do mundo. Todavia, o livro de AMB levanta muitas das questões importantes que tinham sido suscitadas no último episódio das guerras da ciência e, como tal, não podiam deixar de ser debatidas. A resposta de Santos teria, no entanto, que ter em conta dois aspectos centrais. Por um lado, o contexto de produção do livro *Um Discurso sobre as Ciências*, isto é, o facto do seu livro ter sido publicado numa altura em que os debates epistemológicos eram distintos dos que vieram a ter lugar mais tarde. Por outro lado, o facto de o debate epistemológico ser quase totalmente ausente em Portugal e a comunidade científica portuguesa ter pouca expressão nas discussões internacionais. Em face disto, Santos considerou, então, que só uma intervenção colectiva e internacional poderia, por um lado, dar conta da grande diversidade dos temas em debate e das posições assumidas e, por outro lado, mostrar o âmbito internacional e transdisciplinar dos debates. Santos admitiu também que, com isso, poderia contribuir para dar a conhecer a riquíssima reflexão sobre o conhecimento científico hoje em curso e fazê-lo a propósito de um debate em que poucos participaram.

Neste sentido, este livro constitui o resultado de um convite dirigido a colegas de diferentes países e de diferentes formações disciplinares, com quem Santos dialogou nos últimos vinte anos sobre questões de epistemologia e de sociologia da ciência, para que partilhassem as suas mais recentes reflexões sobre os debates epistemológicos, filosóficos, sociológicos e culturais sobre a ciência e o conhecimento em geral em que têm participado. Neste sentido, explicou-lhes o

contexto em que tinha surgido em Portugal o debate sobre ‘as guerras da ciência’, sugerindo-lhes, sempre que possível, que se referissem a alguns dos temas abordados no seu livro. E indicou-lhes que não se tratava de coligar contribuições com posições concordantes com as suas, mas antes de estabelecer um diálogo crítico que tornasse possível identificar, de modo fundamentado, as convergências e as divergências que pudessem existir entre eles. O livro contém, assim, contribuições de uma variedade de disciplinas – filosofia, sociologia, história, física, biologia, antropologia, estudos culturais, economia, ciência política, psicanálise, matemática –, de um conjunto variado de países e comunidades científicas – Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Colômbia, EUA, Índia, Inglaterra, México, Moçambique e Portugal e, está organizado em quatro partes. A primeira parte, intitulada ‘Nem Tréguas nem Rendições: Depois das Guerras da Ciência’, reúne os textos que mais especificamente se articulam com os debates no âmbito do último episódio das ‘guerras da ciência’. A ideia central nesta secção é que o episódio mais recente das ‘guerras da ciência’ parece ter-se exaurido, à medida que foram sendo conhecidas as motivações específicas que o tinham alimentado. A segunda parte, designada ‘Os Grandes Temas: Algumas Abordagens Possíveis’, inclui textos em que é mais ténue o eco dos debates do episódio mais recente da guerra da ciência. Aqui são abordados alguns temas que mais recorrentemente têm estado presentes na reflexão epistemológica e sociológica sobre a ciência moderna. A terceira parte, ‘Interrogações Complexas, Criativas e Situadas: A Ciência em Acção’, inclui os capítulos que incidem mais especificamente sobre as práticas científicas, sobre os problemas teóricos, metodológicos e epistemológicos que se levantam ou estão presentes no dia-a-dia da actividade científica. Por último, a quarta parte ou ‘Injustiça Cognitiva global: para Reconstruir os Conhecimentos e o Mundo’, reúne os capítulos em que as relações entre a ciência e a sociedade são o tema central da reflexão. Este tema desdobra-se, convencionalmente, em dois subtemas: a impregnação social e cultural da ciência, uma actividade específica mas não menos social por isso; e a transformação social e cultural produzida pela ciência (a questão do impacto), enquanto sistema de conhecimentos que veicula uma visão do

mundo e da sociedade e enquanto aplicação tecnológica desses conhecimentos. Na última década, a estes dois subtemas juntou-se, com crescente premência, um terceiro: o reconhecimento de outros conhecimentos geralmente designados de não científicos, alternativos à ciência, e as relações entre esses conhecimentos e a ciência.

O propósito deste livro é, assim, constituir o resultado de um esforço colectivo, mobilizado como resposta a uma crítica que, segundo Santos, ‘visava uma certa forma de conceber e praticar a ciência, uma ciência socialmente empenhada na afirmação dos valores da democracia, da cidadania, da igualdade e do reconhecimento da diferença, uma ciência que se pretende objectivas e independente, mas não neutra e socialmente opaca ou irresponsável’.

Regina Tralhão

Instituto Superior Miguel Torga

Alison Carr, Irene Higginson e Peter Robinson (eds.). 2003. *Quality of Life*. Londres: BMJ Books. 133 pp. ISBN: 0 7279 1544.

Escrever sobre Qualidade de Vida (QdV) tornou-se uma prática corrente e várias são as disciplinas que têm manifestado interesse sobre este tema da promoção da dignidade do ser humano e solidariedade social. No contexto da saúde, o conceito Qualidade de Vida designa-se, especificamente por Qualidade de Vida relacionada com a saúde (QdVRS) e, de acordo com a OMS (1994), define-se como ‘a percepção do indivíduo da sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações’. Nesta definição o conceito de Qualidade de Vida é subjectivo e multidimensional. O livro que apresento dirige-se a investigadores e profissionais da saúde que trabalham com qualidade de vida no caso de pessoas com doenças crónicas. Os autores, com grande credibilidade científica, desenvolvem um texto multidisciplinar e prático que responde às questões relacionadas com a medição da Qualidade de Vida, a importância da medição no contexto clínico e as vantagens da medição num conceito caracterizado pela subjectividade.